

AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ: ENTRE METAS, DESEMPENHOS E RENDIMENTOS ESCOLARES

EVALUATION AND LEARNING OF PORTUGUESE LANGUAGE IN HIGH SCHOOL IN THE STATE OF PARÁ: BETWEEN GOALS, PERFORMANCES AND SCHOOL INCOMES

Valéria Crístian Ramos da Silva¹

Fernanda Moraes Pacheco²

Resumo: Neste artigo objetivamos identificar e analisar quais fatores exerceram maior influência no baixo desempenho no aprendizado em Língua Portuguesa, especificamente no 1º ano do Ensino Médio e verificar quais instrumentos foram utilizados pelo Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE/Seduc-PA (2016). A metodologia correspondeu às modalidades de pesquisa bibliográfica, documental, de campo, do tipo explicativa com abordagem qualitativa. De acordo com os resultados principais do estudo consideramos que, uma das causas do baixo desempenho no aprendizado em LP decorreu da reduzida dimensão do letramento e a principal causa se deu em virtude de uma política excludente.

Palavras-chaves: Avaliação. Aprendizagem. SisPAE. Política excludente.

Abstract: In this article we aim to identify and analyze which factors exerted a greater influence on the low performance in Portuguese language learning, specifically in the 1st year of high school and to verify which instruments were used by the Pará system of Educational evaluation – SISPAE/Seduc-PA (2016). The methodology corresponded to the modalities of bibliographic, documentary, field research, the explanatory type with a qualitative approach. According to the main results of the study, we consider that one of the causes of low performance in LP learning was due to the reduced dimension of literacy and the main cause was given by an excludent policy.

Keywords: Evaluation. Learning. SisPAE. Excludent Policy.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo destacou os resultados da avaliação realizada pelo Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE/Seduc-PA na Edição de 2016 e teceu críticas na análise dos instrumentos que foram utilizados para a obtenção desses resultados.

A análise centrou-se nos instrumentos utilizados pela Avaliação para verificar a aprendizagem de Língua Portuguesa dos alunos do 1º ano do Ensino Médio, no Estado do Pará, e nos resultados aferidos, que constam entre o nível Básico e o Abaixo do Básico, no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa.

¹ Professora Doutora do Curso de Letras Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: caeteh@gmail.com

² Graduada do Curso de Letras Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: nandamoraes72@gmail.com

O objetivo deste artigo é identificar e analisar os fatores que exercem maior influência no baixo desempenho dos alunos no aprendizado em Língua Portuguesa, especificamente do 1º ano do Ensino Médio verificado na Edição de 2016, bem como já referido acima, verificar quais instrumentos foram utilizados na Avaliação realizada pelo Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE/Seduc-PA.

Assim, nos questionamos: Os instrumentos que foram utilizados na avaliação do SisPAE apresentaram eficácia? A partir do resultado de baixo desempenho dos alunos, que ações de intervenções governamentais foram efetivamente realizadas?

A análise também levou em consideração a descrição das escalas de proficiência em Língua Portuguesa dos alunos do 1º ano do Ensino Médio. Pretendeu-se neste artigo colaborar com as discussões sobre avaliação no intuito de fortalecer o desempenho no aprendizado em Língua Portuguesa do Ensino Médio no Estado do Pará.

O interesse pelo tema surgiu das observações realizadas em publicações das revistas do Sistema Paraense de Avaliação Educacional SisPAE/Seduc-PA (2016), de onde encontramos os resultados classificados em Básico e Abaixo do Básico referentes aos níveis de proficiência em Língua Portuguesa.

No que se refere à avaliação realizada pelo SisPAE, esta considerou que os alunos classificados com nível de proficiência Básico, demonstram domínio mínimo dos conteúdos, das habilidades e das competências desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram. Quando classificados com proficiência Abaixo do Básico demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, das habilidades e das competências desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.

Sobre os instrumentos utilizados, a Revista Pedagógica do Ensino Médio – Língua Portuguesa, referente ao Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2016) apontou que o SisPAE proporciona o valor de uma intervenção efetiva, que se identifica com as necessidades e prioridades do Estado do Pará, e se reflete em um conjunto de iniciativas cujo ponto de partida foi a definição das expectativas de aprendizagem num contexto que permite a investigação de habilidades e competências que os alunos desenvolvem para utilizar conhecimentos adquiridos na escola na resolução de problemas.

Nesse sentido, o estudo se justificou à medida que esse sistema de avaliação tem um papel de grande importância para o planejamento de políticas públicas educacionais em nosso Estado, pela sua importância, pela sua relevância, e pela sua forma de perceber e analisar esses processos de ensino e aprendizagem.

A relevância social desta pesquisa consiste na identificação de dificuldades e fragilidades na disciplina de Língua Portuguesa dos alunos do 1º ano do Ensino Médio e na possibilidade de reflexão sobre avaliação da aprendizagem em prol de uma consciência crítica e coletiva acerca da realidade destes alunos.

O significado acadêmico deste artigo justifica-se pelas contribuições apresentadas nesse trabalho a partir de uma visão crítica dos instrumentos utilizados pelo SisPAE para medir o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa. No qual, podemos verificar num recorte de nossa pesquisa, de onde observamos as limitações e dificuldades dos alunos do 1º ano do Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eunice Weaver. Nessa instituição de ensino foi realizada uma pesquisa de campo para verificar a “contribuição” do SisPAE quanto ao planejamento avaliativo da aprendizagem.

As concepções bibliográficas e teóricas sobre avaliação utilizadas neste artigo consistiram em publicações periódicas de revistas do SisPAE (2016); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); A Base Nacional Comum Curricular (BNCC); artigos de Alícia Bonamino, Carla Coscarelli & Creso Franco (2002), Shiroma & Evangelista (2015), Peixoto (2014), Pimenta (2012) e Ferron & Silveira (2012); livros de Depresbiteris (1989), Hoffman (2003), Luckesi (2001), Marcuschi e Suassuna (2007) e Sousa (1993).

Organizamos o artigo da seguinte forma: primeiramente discorremos sobre Avaliação, de onde destacamos a Avaliação em Larga Escala; a Avaliação Externa como Lógica Mercadológica; a Avaliação para Classificar os Alunos; o SisPAE e sua Intervenção; a Avaliação em Língua Portuguesa. Em consequente, abordamos os procedimentos metodológicos, os resultados da nossa pesquisa e as considerações finais sobre a temática. Assim, o artigo realizou discussões e reflexões sobre avaliação e suas práticas.

2. AVALIAÇÃO

Avaliar é atribuir valor a algo ou a determinada ação humana. No cotidiano realiza-se continuamente a avaliação, este ato naturalmente acontece de forma consciente e inconsciente: numa ida ao supermercado onde se avalia os produtos; numa conversa informal com os amigos e familiares ocorrem valorações, isto é, em todo contexto interpessoal e social há ponderações, reflexões e julgamentos.

Na escola, de fato, avaliar é crucial, pois os professores observam os comportamentos dos alunos, atribuem classificações, utilizam instrumentos para estabelecerem notas dentre outros critérios avaliativos.

A dimensão avaliativa da aprendizagem na contemporaneidade deve abranger toda a comunidade escolar sob a perspectiva de construção do conhecimento, além disso, avaliar o aprendizado, para que, ocorram mudanças significativas e concretas no âmbito educacional.

Para Hoffman (2003), o conceito sobre avaliação precisa ser desmitificado, pois ao longo da história, o termo avaliação é concebido pelo autoritarismo, já que, estabeleceu a concepção de punição e julgamento.

De acordo com Luckesi (2001) que definiu a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no entanto, ela constitui-se muito mais de provas/exames do que um ato acolhedor, integrativo, inclusivo.

Conforme Depresbiteris (1989), uma revisão histórica mais específica, em países como a França e Portugal, apontou para o desenvolvimento de uma ciência chamada Docimologia. A Docimologia vem do grego *dokimé*, que quer dizer “nota”. A autora fundamenta-se em De Landshere (1976), o qual a define como ciência do estudo sistemático dos exames, em particular do sistema de atribuição de notas e dos comportamentos dos examinadores e examinados.

Depresbiteris (1989) tomou por base as obras de Piéron (1969), De Landshere (1976) e Miranda (1982), de onde verificou que a investigação Docimológica teve início com os estudos de Pierón e Laugier (1969) que evidenciavam a instabilidade das avaliações, no tocante às diferenças inter e intra-individuais e à precisão dos testes. A Docimologia surgiu como crítica à extrema confiança nos métodos tradicionais utilizados, com fins de seleção, nos exames e nos concursos.

A Docimologia pautou-se por duas grandes linhas mestras: Docimologia clássica, também chamada de negativa, e Docimologia experimental, também chamada de positiva:

A Docimologia clássica punha ênfase no aperfeiçoamento das técnicas de construção dos instrumentos de avaliação e de análise de resultados. A Docimologia experimental centrava-se na avaliação como um comportamento, procurando determinar, experimentalmente, os mecanismos intervenientes na decisão avaliativa, tais como: reação dos aplicadores, reação dos submetidos aos exames, discrepâncias entre situações de exames e entre critérios de aplicadores (DEPRESBITERIS, 1989, p. 6-7)

Depresbiteris (1989) defendeu que, a avaliação no seio da atividade de aprendizagem é uma necessidade, tanto para o professor como para o aluno. A avaliação permite ao professor adquirir os elementos de conhecimentos que o tornem capaz de situar, do modo mais correto e eficaz possível, ação de estímulo, de guia ao aluno. A este último, então, permite verificar em que aspecto ele deve melhorar durante seu processo de aprendizagem.

Logo, é adequado que, a avaliação da aprendizagem proceda com a perspectiva de ir além da automática aplicação de provas e testes, de fato, é essencial que busque a reflexão do aprendizado através de propostas educacionais coerentes, estas relacionam o conhecimento com o contexto social dos alunos. Desta forma, o docente não só avalia o rendimento do aluno, o professor avalia-se a si próprio; o seu ensino; sua metodologia e aprende com o outro. Neste sentido, avaliar a aprendizagem atrela-se a interação social.

Ao considerar o que foi discutido acima, a avaliação da aprendizagem fora dos padrões autoritários e baseada numa perspectiva reflexiva da realidade escolar, na qual ganha aprendizados significantes no ato de avaliar, encontra lugar numa perspectiva crítica e aceitável. A partir disso, é relevante que as avaliações em larga escala sejam integradas e elaboradas sob o mesmo viés reflexivo acerca do contexto social dos alunos.

3. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

A avaliação em Larga escala no contexto brasileiro expandiu-se a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990, com a intenção de avaliar a educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante proporcionando um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

Bonamino, Coscarelli e Franco (2002) destacaram duas importantes Avaliações em Larga Escala, a primeira, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a qual é coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e tem a função de fornecer informações sobre a qualidade da educação básica brasileira. Já, a segunda, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), foi executada pela primeira vez em 2000 e propõe-se a aplicar avaliações periódicas.

Ao analisar a compreensão da noção de letramento que referencia a construção das provas de Língua Portuguesa em dois tipos de processos avaliativos, para Bonamino, Coscarelli e Franco (2002), a Avaliação do PISA é mais adequada do que a do SAEB, os autores consideraram que:

[...] a ênfase do PISA na dimensão social do letramento pode ser percebida nos gêneros textuais e no tipo de perguntas feitas ao aluno que exploram esses textos. O PISA lança mão de diversos gêneros cuja leitura costuma ser exigida pela sociedade ocidental, entre os quais, podemos citar como exemplo, formulário de emprego, formulário de compras, contos, tabelas de aeroportos, reportagens de jornais e revistas, entrevistas, propagandas, além de muitos outros. As questões utilizadas na prova do PISA refletem, além da preocupação com as habilidades de leitura que o aluno desenvolveu, uma preocupação com sua capacidade de colocar em prática essas habilidades quando lida com textos do cotidiano. Existe uma preocupação em verificar o nível de competência que os leitores demonstram ter em cada uma dessas habilidades e em diferentes gêneros textuais, que não é verificada no SAEB. (BONAMINO, COSCARELLI & FRANCO, 2002, p. 101-102).

Quanto ao Sistema Paraense de Avaliação Educacional - SisPAE (2016), este avaliou conteúdos, habilidades e competências dos alunos, para isso, utilizou a descrição da escala de proficiência em Língua Portuguesa, nesse instrumento notamos que não foi explorado a dimensão social do letramento.

Compreende-se que o SisPAE (2016) assemelha-se ao SAEB, pois o mesmo não enfatizou a reflexão social do letramento. Visto que, é essencial que avaliação em língua portuguesa corresponda à instrumentalização dos alunos para a dimensão social dos gêneros textuais, isto é, aplicabilidade de diversos textos do cotidiano na disciplina de língua portuguesa, à medida que se trabalha com essa perspectiva avaliativa, a construção do letramento ganha sentido no âmbito escolar.

Pimenta (2012) ressaltou que, avaliações externas são elaboradas e organizadas por atores externos às escolas, órgãos intermediários e superiores educacionais, tais como diretorias de ensino, Secretarias de educação municipais e estaduais e o Ministério da Educação.

Além disso, segundo Peixoto (2014), as avaliações externas são aplicadas em escolas de todo país, estados ou municípios. A partir delas, os órgãos externos analisam os resultados e definem metas,

caminhos e prioridades que devem ser assumidas pela escola, por sua equipe pedagógica e pelos profissionais que atuam na mesma.

Nesse sentido, a avaliação externa do Sistema Paraense de Avaliação Educacional - SisPAE (2016) foi executado pela Secretaria de Estado de Educação - Seduc, concebido pelo Governo do Estado do Pará e aplicado pela Fundação Vunesp (Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista). Portanto, nota-se a participação de órgãos externos nessa avaliação sistemática das escolas públicas paraenses. Abaixo destacamos os métodos utilizados pelo SisPAE.

As reflexões contidas na Revista do Sistema Paraense de Avaliação Educacional: Referências e Resultados (2016) remeteram que:

Uma das formas mais importantes de refletir sobre os resultados de uma avaliação de larga escala provém da classificação dos alunos nos níveis de proficiência definidos para a avaliação. A proficiência em Língua Portuguesa, dos alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, da 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, aferidas no SisPAE, é ancorada nas mesmas escalas métricas da Prova Brasil/Saeb. Sendo assim, a apreciação das médias de proficiência se faz em uma escala de proficiência, cujos pontos são obtidos da aplicação de metodologia estatística – Teoria da Resposta ao Item (TRI) (REVISTA DO SISTEMA PARAENSE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: REFERÊNCIAS E RESULTADOS, 2016, p. 30).

Os pontos da escala do SisPAE foram agrupados em quatro níveis de proficiência – Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado. Os intervalos de corte desses níveis foram estabelecidos a partir das expectativas de aprendizagem (conteúdos, habilidades e competências) estabelecidos para cada ano/série e componente curricular nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e dos resultados do SisPAE 2014.

Ao ponderar o que foi exposto, o SisPAE configura-se como um instrumento de subsídio para o direcionamento e elaboração de políticas públicas educacionais, com o propósito de, promover qualidade da educação básica paraense. Contudo, essa avaliação externa é um elemento ideológico do governo que está correlacionado aos interesses do mercado.

4. AVALIAÇÃO EXTERNA COMO LÓGICA MERCADOLÓGICA

Peixoto (2014) descreveu um percurso histórico acerca da avaliação em larga escala no Brasil. É possível perceber que, a partir da década de 1980 nota-se um interesse crescente em relação à avaliação, principalmente por parte dos governos neoconservadores e neoliberais, esse fato pode ser representado pela expressão “Estado avaliador”. Tal concepção está relacionada a uma figura intervencionista do Estado, ao aumento de interferência e controle por meio da avaliação sistêmica.

Ferron e Silveira (2012) destacaram que, avaliação em larga escala é um fenômeno que não passa mais despercebido nos sistemas de educação básica de todo o país. A lógica da avaliação em larga escala impregnou-se na educação brasileira desde a criação do Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Básica (Saeb), em 1990, e nasceu com dois objetivos: avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas. Para tanto, o referido sistema gera médias estaduais, regionais e uma nacional.

Segundo Ferron e Silveira (2012), o diagnóstico geral do ensino foi aceito gradativamente por parte das equipes escolares. Alguns estados e municípios quiseram ir mais fundo e obter informações de cada uma de suas escolas, criando instrumentos próprios para investigar o nível de aprendizagem dos alunos de sua rede. Estão atreladas a decisões que dizem respeito a alunos, professores e gestores, ou seja, de gestão educacional, sendo capazes de mudar vidas, ao serem tomados como medida única no processo avaliativo. Os resultados desses testes podem definir políticas públicas, como a de bonificação por desempenho quanto aos resultados, correspondendo ao acréscimo de salário para docentes.

Sobre a lógica mercadológica da avaliação, Shiroma e Evangelista (2015), posicionaram-se da seguinte forma:

A avaliação externa é uma forma astuta de formação, indução e estratégia de gestão. Em decorrência da avaliação, metas são traçadas, prioridades definidas e professores monitorados. São cobrados a apresentar melhores resultados, não apenas nos discursos, mas pelo impacto que os indicadores educacionais exercem em suas carreiras e remuneração. A meritocracia, a avaliação de desempenho e a política de bonificação vigente em alguns estados promovem o fim da isonomia salarial entre os docentes e quebra da solidariedade no magistério e têm em vista inibir sua organização sindical. Dessa forma, a comparação de resultados é adotada como ardilosa ferramenta de governo na educação que mescla controle externo e interno, tendo em vista estreitar o campo de decisões dos professores, ao mesmo tempo que sua autonomia é discursivamente reiterada (SHIROMA E EVANGELISTA, 2015, p. 9-10).

Nesse sentido, corroboramos com as concepções dos referidos teóricos que veem a avaliação em larga escala como um elemento da lógica mercadológica, como uma forma de prestação de contas, de fato avaliação em larga escala precisa atender as necessidades idealizadas dos órgãos centrais.

A avaliação em larga escala liga-se à estratégia capitalista estabelecida por governantes e empresários, a fim de, monitorar professores e equipe gestora da escola. O discurso da avaliação externa é promover e melhorar a qualidade da educação, no entanto, a intenção de avaliar o sistema educacional corresponde à lógica da competitividade. Nessa ótica, o SisPAE também está inserido numa avaliação em larga escala voltada a lógica mercadológica e ideológica.

O nascimento do SisPAE/Seduc-PA foi em virtude de uma negociação de um empréstimo com o BID, conforme destacamos abaixo:

[...] A negociação de um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) levou o estado ao compromisso de iniciar a construção do SisPAE, que teve uma versão menor realizada em 2013. No ano seguinte foi planejada uma versão ampliada, que inicialmente seria de 5 anos, mas foi reduzida para 3 anos (2014-2016), considerada suficiente para que a SEDUC montasse um grupo de profissionais para apropriação e posterior condução das edições nos anos seguintes (REVISTA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO-LÍNGUA PORTUGUESA DO SISPAE, 2016, p. 8).

A lógica ideológica do Estado através do SisPAE (2016) baseia-se em estabelecer objetivos e metas às escolas públicas, com finalidade de alcançar resultados. Na elaboração dessas metas, determina à noção de qualidade da educação para verificar avanços ou fracassos das escolas públicas. Dessa forma, o discurso exige que professores e gestão escolar se responsabilizem pelos resultados dos alunos nas avaliações e também para a inserção no mercado de trabalho. Portanto, o Estado cria a ideologia de que a culpa está nos professores, alunos e gestores. Já, as políticas públicas educacionais correspondem aos termos utilizados por essa avaliação sistêmica: “avanços”, “eficácias”, “qualidade”, “melhorias”, etc. A partir disso verificamos, no Estado do Pará, uma avaliação “para classificar alunos”, temática que nos aprofundamos abaixo.

5. AVALIAÇÃO PARA CLASSIFICAR OS ALUNOS

A avaliação sob a perspectiva da mera classificação dos alunos corrobora com a questão do autoritarismo discutido anteriormente, no que tange ao julgamento, à punição, à culpa. É ineficaz quando o processo avaliativo educacional estigmatiza os sujeitos, sendo que, o produtivo conhecimento integra. Logo, avaliar adequadamente o desempenho dos alunos se liga às reflexões do contexto social dos mesmos. Com base nisso, abaixo há relevantes ponderações sobre o ensino e aprendizagem.

Conforme Sousa (1993), sendo o professor o principal agente educativo, é evidente que melhorias no ensino terão mais chance de ocorrer se a ele forem dadas condições adequadas de trabalho. Dessa maneira, a instituição educacional buscará capacitá-lo, para que ele possa desenvolver do modo mais eficiente possível as atividades didático-pedagógicas; incentivará o desenvolvimento de seu espírito crítico, para que ele possa formar o aluno para esse fim; fornecerá a ele condições dignas de trabalho, tais como salário, plano de carreira; valorizará sua função, chamando-o a participar ativamente em decisões importantes do processo de ensino.

Sousa (1993) criticou que, a avaliação está constituindo-se, essencialmente, para julgar e classificar os alunos, pois a maioria das escolas públicas pertencem às classes populares, entretanto, essa mesma escola é pensada e estruturada para uma criança idealizada. São assim, excluídos os alunos de origem desfavorecida social e economicamente, pois estes é que mais se distanciam das expectativas, exigências e normas que caracterizam a dinâmica escolar. Assim, desigualdades sociais convertem-se em fracasso escolar.

Em contrapartida, a LEI nº 9.394, de Dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Destaca no Art. 3º que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

IX - garantia do padrão de qualidade;
(BRASIL, 1996)

Percebemos que, os alunos oriundos da escola pública e desfavorecidos socio culturalmente estão longe do ensino com base nos princípios de igualdade, liberdade e garantia do padrão de qualidade, estabelecidos pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

É notório que, as escolas públicas apresentam inúmeras dificuldades no ensino aprendizagem e, diante deste contexto, a avaliação externa que é o SisPAE se tornou um meio pelo qual se diagnosticou o corpo escolar; suas principais variantes, para localizar os fatores que causam o baixo desempenho dos alunos, no entanto, o SisPAE monitora a educação, com o intuito de, controlar a comunidade escolar, como já foi explicitado anteriormente acerca do controle da ideologia governamental que possui o discurso de promover a melhoria da qualidade no âmbito educacional.

Nesse sentido, o elo entre o governo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é mercadológico, pelo fato que, o BID vincula-se com as multinacionais que consideram a avaliação sistemática lucrativa, desse modo, as grandes empresas vendem tecnologias e serviços às esferas administrativas públicas. Para fundamentar esta afirmação, destacamos abaixo as concepções teóricas de Shiroma & Evangelista (2015), sobre a temática:

[...] se olharmos pelo aspecto da mercantilização dos serviços educacionais, veremos que a corrida por metas e elevação de indicadores movimentou um mercado lucrativo de cursos de formação docente, material didático, consultorias, tecnologias de gestão, assessorias e corretagem de informações educacionais. Proliferou, ademais, a venda de “Sistemas de Educação” por grandes empresas, como é caso do Grupo Positivo e dos sistemas apostilados privados que garimpam convênios com escolas particulares, arditosamente, com redes públicas de ensino (SHIROMA & EVANGELISTA, 2015, p. 11)

Assim posto, considera-se que, a avaliação em larga escala tem a finalidade de verificar os fatores e definir políticas públicas educacionais para solução de problemas. Todavia, a avaliação em larga escala está atrelada a uma política excludente, cuja ideologia governamental preocupa-se mais em classificar os alunos e dissimular um discurso do qual considera as variáveis contextuais sobre o desempenho escolar, ao invés de efetivar o padrão de qualidade, isto é, mudanças e adequações às estruturas físicas das escolas. Além disso, a valorização do professor; do aluno e dos demais profissionais da educação.

Inferimos que, avaliação em larga escala, especificamente o SisPAE ressaltou o discurso de promover qualidade à educação básica paraense. Porém, surgiu a seguinte questão: Essa avaliação educacional sistemática manifesta intervenção efetiva para subsidiar melhorias educacionais?

6. O SISPAE E SUA INTERVENÇÃO

Diante desta temática foram realizadas problematizações e verificações sobre o SisPAE e sua intervenção. Posto que, tais questões podem proporcionar importantes reflexões e análises.

A Revista Pedagógica do Ensino Médio – Língua Portuguesa, referente ao Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2016, p. 13) destacou que:

A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC executou em 2016, pela quarta vez consecutiva, o Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE. Para esta Secretaria a avaliação educacional de larga escala é parte constituinte do Projeto de Melhoria da Qualidade e Incremento da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará, concebido pelo governo do Estado do Pará com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica paraense. Pelo terceiro ano consecutivo, coube à Fundação Vunesp (Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista), a responsabilidade da aplicação, da apuração e da comunicação dos resultados da avaliação de modo a garantir que o SisPAE configure efetivo instrumento de subsídio à tomada de decisão sobre políticas públicas para a educação (REVISTA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA SISPAE, 2016, p. 13)

Dessa forma, observamos que o SisPAE/Seduc-PA (2016) constitui para o governo um instrumento fidedigno e confiável de avaliação, fornecendo-lhe um retrato da situação em que se encontra o ensino e aprendizagem em nossas escolas.

No entanto, a atuação do SisPAE como uma avaliação externa, torna-se questionável, em virtude da sua eficácia. Nesse sentido questionamos: será que essa avaliação sistemática auxilia os professores a reduzirem problemas à dimensão avaliativa da aprendizagem?

Passamos a questionar a eficácia do SisPAE, quando na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eunice Weaver foi realizada uma pesquisa de campo, onde verificou-se que os professores não utilizavam a avaliação do SisPAE para planejamento das aulas, do plano de ensino, nem para avaliação da aprendizagem, e um grande quantitativo sequer conhecia os resultados e as revistas do SisPAE, ou seja, não utilizavam os dados, nem os resultados para nenhuma ação educativa, nenhum planejamento, enfim, eram completamente dispensáveis a prática escolar.

Com base nessas verificações, optamos em nosso trabalho por analisar nas revistas do SisPAE/Seduc-PA (2016) as limitações e as dificuldades do desempenho dos alunos nos níveis de proficiência no 1º ano do Ensino Médio, especificamente em Língua Portuguesa. Esta opção deve-se em virtude da metodologia adotada no trabalho, no intuito de problematizarmos sobre a intervenção do SisPAE.

O SisPAE/Seduc-PA (2016) utilizou instrumentos que lhe permitiram a coleta das informações sobre o desempenho escolar mediante a aplicação de provas que aferem o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos em diferentes momentos da trajetória escolar e questionários contextuais aos alunos, professores, orientadores pedagógicos, especialistas em educação e diretores das unidades escolares, com o objetivo de obter dados sobre perfil socioeconômico do aluno e a trajetória

escolar, características da turma, gestão e infraestrutura da escola e perfil dos professores e gestores escolares.

Verificou-se que, o SisPAE/Seduc-PA (2016) analisou o desempenho dos alunos de diferentes anos/séries do ensino fundamental e médio, em Língua Portuguesa e Matemática. Além das provas, o SisPAE/Seduc-PA (2016) avaliou acerca da percepção de alunos, professores e gestores quanto ao processo educacional que estão inseridos, mediante a aplicação de questionários os quais também permitiram traçar o perfil dos integrantes do sistema paraense de educação básica pública.

Ao considerar o que foi exposto, fazemos as seguintes indagações: que elementos foram levados em consideração na avaliação realizada pelo SisPAE/Seduc-PA (2016) para a obtenção dos resultados? Quais os fatores que exercem maior influência no baixo desempenho da disciplina Língua Portuguesa na avaliação em larga escala no estado do Pará, a partir da avaliação realizada pelo SisPAE/Seduc-PA (2016)? Serão estes elementos e estes fatores dignos de eficácia?

A avaliação em larga escala do SisPAE/Seduc-PA (2016) utilizou provas para classificar o desempenho dos alunos e questionários de contexto (obter dados sobre perfil socioeconômico do aluno e a trajetória escolar, características da turma, gestão e infraestrutura da escola e perfil dos professores e gestores escolares) aos alunos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores, com o intuito de avaliar a qualidade do ensino.

Segundo os dados coletados pelo SisPAE/Seduc-PA (2016), professores especialistas sugeriram que dentre os aspectos que prejudicam o desempenho dos alunos destacam-se: a falta de apoio dos pais ao aprendizado do aluno; o desinteresse e a falta de esforço dos alunos; lares ou ambientes desajustados; a baixa autoestima dos alunos e a indisciplina em sala de aula; a falta de infraestrutura física e de recursos pedagógicos; a insatisfação e desestímulo para a atividade docente; a frequência irregular de alunos; o nível socioeconômico e cultural dos alunos; a falta de respeito dos alunos para com os professores e a falta de aptidão e habilidade dos alunos.

Os dados coletados não nos trazem surpresas, de fato quem está em sala de aula tem a percepção do que a pesquisa mostrou ao fazer uma investigação, no entanto, nossos questionamentos consistem em discutir o que os governos fazem com esses dados? Que ações de intervenções eficazes são efetivamente realizadas?

Ao refletir sobre isso, o SisPAE sob a ideologia governamental que subsidia os problemas educacionais, nos mostra que sua função vincula-se mais à mercantilização dos serviços educacionais do que concretizar políticas públicas educacionais voltadas para reduzir dificuldades. Entretanto, essa avaliação sistemática pode ser um dos instrumentos para a intervenção efetiva do governo, a fim de, reduzir o baixo desempenho dos alunos, especificamente na disciplina de Língua Portuguesa.

7. AVALIAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nesta seção foi discutido sobre as concepções e as contribuições avaliativas para a área de Língua Portuguesa. Além disso, é relevante frisar que essa temática representou um papel significativo para a nossa pesquisa, no que tange às propostas adequadas para a avaliação em Língua Portuguesa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a área de Língua Portuguesa, discorreu que:

Ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/ discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf)

Marcuschi e Suassuna (2007) debateram sobre avaliação educacional e escolar, especificamente na área de ensino de língua portuguesa. As reflexões sobre a avaliação numa perspectiva classificatória e formativa e qual o papel da escola nesses contextos:

Em uma perspectiva meramente classificatória de avaliação, é papel da escola “ensinar” e avaliar se os alunos conseguiram aprender. O baixo rendimento dos alunos leva necessariamente à reprovação escolar. Nesse sentido, o estudante é responsabilizado pela reprovação, seja porque ele não está “maduro” o suficiente, seja porque ele tem “problemas de aprendizagem”, seja porque ele “não estuda”. Na verdade, apenas ele é avaliado. Em uma perspectiva formativa de avaliação, é papel da escola ensinar, favorecendo, por meio de diferentes estratégias, oportunidades de aprendizagem, e avaliar se tais estratégias estão de fato sendo adequadas. Assim, aluno, professor, escola e família são avaliados (o aluno: se está se engajando no processo, se está se esforçando para participar das atividades, se está fazendo as tarefas propostas; o professor: se está adotando boas estratégias didáticas, se utiliza recursos didáticos adequados, se mantém boa relação com os alunos, se está adotando formas de avaliação coerentes com a proposta pedagógica da escola; a escola: se dispõe de espaço adequado, se administra adequadamente os conflitos, se dá apoio ao professor para resolver os problemas de ensino e de aprendizagem, se oferece oportunidades para os professores discutirem sobre as dificuldades; (...)) (MARCUSCHI e SUASSUNA, 2007, p. 16).

Como bem ponderaram as autoras acima, não é adequado a escola aplicar uma perspectiva classificatória de avaliação, pois, estigmatizar os alunos pelo baixo rendimento e ainda por cima, não verificar onde ocorre o problema do desempenho, faz com que se amplie as dificuldades no contexto escolar. É vital que a escola assuma uma perspectiva formativa de avaliação, haja vista que avaliar não é apenas função do professor, na realidade, a comunidade escolar precisa trabalhar junto com a família para que ambos contribuam efetivamente neste processo de avaliação.

Na escola deve ser trabalhado uma avaliação de leitura diversificada dos signos linguísticos, isto é, deve ser utilizado variedades de livros, textos, filmes, músicas, imagens, etc. Quando se trabalha apenas com a gramática descontextualizada, os alunos perdem o interesse pelas aulas de língua portuguesa, já que, essa prática os afasta do cotidiano e da realidade social. Por isso, em sala de aula é imprescindível o ensino e aprendizagem de variados gêneros textuais.

Sobre a avaliação da oralidade em sala de aula Marcuschi e Suassuna (org.) ressaltaram que:

Um aspecto central no estudo da fala (e também da escrita, vale ressaltar) é a variação. Observamos que, atualmente, a variação dialetal e de registros tem sido o aspecto mais abordado com relação ao ensino da oralidade em sala de aula. De fato, como já demonstraram vários autores, a variação dialetal intriga e instaura diferenças que, quando não bem-entendidas, podem gerar discriminação e preconceito. (...) o estudo da fala deve abordar questões relacionadas a situações comunicativas, estratégias organizacionais de interação próprias de cada gênero, processos de compreensão etc. É na perspectiva de um trabalho de reflexão que articule todos esses aspectos que a oralidade deve ser alçada à condição de objeto de ensino (MARCUSCHI E SUASSUNA, 2007, p. 82-83).

As autoras acima destacam adequadamente acerca da avaliação da oralidade, este aspecto é significativo, visto que, a fala é rica em variedades, deste modo merece ser valorizada continuamente na sala de aula. É essencial que o professor trabalhe em suas aulas variação linguística, a fim de que, os alunos analisem as variações da língua e desconstruam preconceitos linguísticos.

A Análise Linguística é indispensável como prática em sala de aula, porque a perspectiva deste estudo visa abranger as possibilidades de reflexão dos alunos sobre a linguagem. Quando os alunos refletem os porquês dos significados e sentidos dos textos tanto orais quanto escritos, eles passam a entender melhor a língua com caráter sócio-histórico. Marcuschi e Suassuna (org.), consideraram que:

A prática de AL na escola deve ser compreendida como um momento em que os alunos, auxiliados pela intervenção adequada do professor, refletem sobre a linguagem, seja em textos produzidos por eles mesmos ou por outras pessoas. Partindo dessa reflexão, uma visão mais ampla de como interagimos linguisticamente pode ser construída ao longo dos anos escolares, de modo que os alunos desenvolvam habilidades de compreensão e produção de textos orais e escritos, em gêneros diversos (MARCUSCHI E SUASSUNA, 2007, p. 107-108)

8. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo correspondeu às modalidades de pesquisa bibliográfica, documental, de campo, do tipo explicativa, com abordagem qualitativa. Para Yin (2016), a pesquisa qualitativa possui três objetivos para construir a confiança e credibilidade:

O primeiro objetivo para construir confiança e credibilidade é que a pesquisa qualitativa seja feita de uma maneira publicamente acessível (...). Um segundo objetivo do ofício é fazer pesquisa qualitativa metodicamente. É preciso haver espaço adequado para a descoberta e consideração de eventos imprevistos (...) Um último objetivo é que a pesquisa qualitativa seja baseada em um conjunto explícito de evidências (...) (YIN, 2016, p. 17-18).

Segundo Severino (2007, p. 123), “A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados; busca identificar suas causas, através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos”.

A pesquisa qualitativa teve sua origem nos estudos da Antropologia, segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 270) “[...] deu-se quando os antropólogos que estudavam indivíduos, tribos e pequenos grupos ágrafos, perceberam que os dados não podiam ser quantificados, mas sim interpretados”. Depois passou a ser aplicada nos estudos da Sociologia e Psicologia; atualmente pode ser aplicada em diversas áreas das ciências humanas e sociais.

Conforme Gil (2002, p. 46), sobre a pesquisa documental “[...] os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

No que se refere a pesquisa de campo, Yin (2016) a caracterizou por relações sociais, o autor ressaltou que, “O trabalho de campo exige estabelecer e manter relações genuínas com outras pessoas e ser capaz de dialogar confortavelmente com elas”. Yin (2016, p. 98)

Com base nos autores acima, a escolha metodológica da pesquisa bibliográfica, documental, de campo, do tipo explicativa, com abordagem qualitativa, motiva-se às observações, às investigações e às análises nas revistas do SisPAE, a fim de, explicar, interpretar, tecer críticas e colaborar com objeto de estudo no âmbito educacional.

8.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

8.2 A amostra

O método de estudo bibliográfico neste trabalho consistiu em análises de publicações periódicas, especificamente em revistas, Revista do Sistema Paraense de Avaliação Educacional: Referências e Resultados (2016), Revista Pedagógica do Ensino Médio - Língua Portuguesa/SisPAE (2016) e Revista Contextual do SisPAE (2016), as análises sobre a avaliação dos elementos utilizados e o desempenho dos alunos do 1º ano do ensino médio.

Na pesquisa bibliográfica, verificamos as limitações e dificuldades no ensino e aprendizagem e no desempenho dos níveis de proficiência dos alunos do 1º ano do Ensino Médio, especificamente em Língua Portuguesa.

A escolha de apenas uma série do Ensino Médio deu-se em virtude do conhecimento e do processo de acompanhamento dos alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eunice Weaver quando foi realizada uma pesquisa de campo, de onde percebeu-se problemas de aprendizagem e rendimentos na Disciplina de Língua Portuguesa. Além disso, a seleção de somente uma série como objeto de estudo motiva-se pela limitação do tempo e a abrangência do estudo.

Assim, a amostra constitui-se em uma amostragem intencional.

[...] em pesquisa qualitativa, as amostras tendem a ser escolhidas de uma maneira deliberada, conhecida como amostragem intencional. O objetivo ou propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema de estudo” (YIN, 2016, p. 79).

Diante dessa perspectiva e das dificuldades encontradas definimos que os períodos de maior importância eram aqueles que poderiam gerar dados mais relevantes para a pesquisa.

8.3 Recolha de dados

A importância de coletar dados é imprescindível, pois a escolha da técnica está “associada ao problema, aos objetivos e a hipótese de pesquisa”. (ABNT, 2002, p. 45).

Coletamos os dados nas Revistas do SisPAE- PA (2016), que configurou como um documento, ou seja, nosso objeto de estudo. A partir de uma pesquisa documental, de onde observamos no referido documento a descrição da escala de proficiência em língua portuguesa e os instrumentos utilizados pelo SisPAE (2016) identificamos a descrição das habilidades e competências, verificamos especificamente os níveis de proficiência exigidos para os alunos do 1º ano do Ensino Médio (conforme o quadro I, presente no final do trabalho, em anexo).

Para verificação da eficácia dos dados SisPAE, realizamos uma pesquisa de campo, com uma amostra intencional de professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eunice Weaver. Nesse estudo de campo, utilizamos uma entrevista qualitativa com docentes de disciplinas distintas, no turno da manhã. O intuito foi verificar se esses professores consideram os resultados do SisPAE no planejamento didático e nas demais atividades realizadas pelos mesmos.

Um dos tipos de atividades de coleta de dados utilizados nesse pesquisa de campo foi a entrevista qualitativa, esta caracterizada do seguinte modo:

[...] a relação entre o pesquisador e o participante não segue um roteiro rígido. Não há um questionário contendo a lista completa das perguntas a serem propostas a um participante (...).

[...] a entrevista qualitativa segue um modo conversacional, e a entrevista em si levará a uma espécie de relacionamento social, com a qualidade da relação individualizada para todo participante (YIN, 2016, p. 119).

Nas avaliações da Revista Pedagógica do Ensino Médio – Língua Portuguesa/SisPAE (2016) foram utilizados itens de múltipla escolha, compostos de enunciado, que pode vir acompanhado de texto, imagem, figura e outros recursos de contextualização; comando, que configura a tarefa que está sendo solicitada ao aluno, alternativas de resposta, apresentando opções em que apenas uma é correta e as outras se referem a raciocínios possíveis.

Na composição das provas do SisPAE (2016) foram utilizados: itens elaborados com base nas habilidades indicadas nas Matrizes de Referência da Avaliação, pré-testados no SisPAE (2014) e SisPAE (2015), segundo metodologia especialmente desenvolvida para essa avaliação; itens comuns com o Saeb/Prova Brasil, como mecanismo para assegurar a comparabilidade tanto entre os resultados do SisPAE quanto com os resultados da avaliação nacional. Por isso, são chamados itens de ligação.

A edição da Revista Pedagógica do Ensino Médio – Língua Portuguesa/SisPAE (2016) incluiu coleta de informações sobre as características dos alunos de todos os anos/série avaliados, bem como dos professores, orientadores pedagógicos, especialistas em educação, diretores e escolas, com o objetivo de traçar o perfil dos respondentes e coletar dados para uma análise mais detalhada dos fatores associados ao

desempenho escolar. Para tanto, foram aplicados questionários aos alunos bem como aos Coordenadores e aos Diretores das escolas.

A respeito dos instrumentos utilizados pelo SisPAE (2016), a descrição da escala de proficiência em língua portuguesa para a elaboração da prova, representou um sistema classificatório de avaliação, o qual responsabilizou os alunos pelos problemas de aprendizagem, no que tange, os resultados apresentados como “domínio mínimo” e “domínio insuficiente” das habilidades, dos conteúdos e das competências. Além do mais, não foi enfatizado o viés social dos gêneros textuais. Ademais, os questionários do SisPAE (2016) são relevantes à medida que abarcam as variantes que influenciam no desempenho, entretanto, a intenção dessa avaliação busca monitorar as escolas públicas e responsabilizar também, os docentes e equipe de gestão pelo desempenho no aprendizado. Nesse sentido, realizamos abaixo análises críticas sobre os instrumentos e dados do SisPAE.

9. O QUE OS DADOS PRODRUZIDOS SOBRE O SISP AE REVELARAM?

Sobre os instrumentos utilizados pelo SisPAE/Seduc-PA (2016), analisamos que possuem um discurso abrangente, pois aplicaram-se provas para identificar as habilidades e competências dos alunos, considerando fatores extraescolares, com o intuito de identificar o baixo desempenho. Além disso, reitera-se que, foram aplicados extensos questionários aos alunos, professores, orientadores pedagógicos, especialistas em educação e diretores das unidades escolares. De fato, os elementos aplicados nesta avaliação sistêmica foram relevantes, no sentido de que, deu-se a devida atenção à diversidade de fatores que podem influenciar as dificuldades no ensino aprendizagem e na gestão escolar.

No entanto, a aplicação destas provas e questionários com perspectivas ideológicas que manifestam importância aos contextos educacionais e sociais da escola pública, na realidade, são maçantes, pelo fato que, monitoram os professores, alunos e a gestão escolar, partindo da premissa de avaliar os problemas para que promovam políticas públicas educacionais para melhorar a qualidade das escolas.

No que diz respeito aos instrumentos aplicados pelo SisPAE/Seduc-PA (2016) destaca-se o questionário destinado aos sujeitos mencionados anteriormente, a análise dos resultados realizados no relatório da Revista Contextual do SisPAE (2016) considerou que a avaliação da adequação dos espaços físicos nas escolas públicas estão totalmente ou parcialmente adequados, e, apenas 11% das escolas apresentaram espaços considerados totalmente inadequados. Porém, essa análise é duvidosa, porque evidentemente grande parte das escolas públicas no estado do Pará, apresenta condições estruturais físicas insalubres. Isto pode ser justificado a partir de algumas pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), as quais mostraram que:

[...] um dado marcante em infraestrutura é o número de unidades com rede de esgoto: menos da metade (41,6%). Outros 52,3% dispõem apenas de fossa, enquanto 6,1% das escolas não têm sistema de esgoto sanitário. Os estados da região Norte são os mais afetados por essa carência estrutural, o que se explicaria, principalmente, pela menor presença de rede pública de abastecimento nesta região (fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br>).

De fato, essas pesquisas do MEC revelaram resultados coerentes sobre as escolas públicas, estas têm estruturas físicas inadequadas. Porém, a análise da Revista Contextual do SisPAE considerou que, a maioria dos espaços físicos nas escolas públicas estão totalmente ou parcialmente adequados. Com base nisso, percebemos que os dados dessa revista estão equivocados e idealizados.

Quanto a verificação da eficácia do SisPAE, a nossa pesquisa de campo realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Eunice Weaver, onde foi aplicada uma entrevista qualitativa destinada aos professores de diferentes disciplinas, no turno da manhã. Nessa pesquisa, foi perguntado aos docentes sobre a utilização dos resultados da avaliação do SisPAE na elaboração de metodologia, planejamento didático e apoio na avaliação do desempenho e rendimento escolar. Os resultados demonstraram que 100% dos professores entrevistados não utilizaram e não consideraram os dados desse processo avaliativo e alguns até mencionaram que desconhecem o SisPAE.

Nessa acepção, constatamos que a eficácia do SisPAE ainda está à margem da realidade das escolas públicas paraenses. Contudo, essa avaliação externa é considerada pela ideologia do Estado como um elemento avaliativo digno de efetividade educacional.

O SisPAE/Seduc-PA (2016) é uma avaliação educacional externa executada pela quarta vez consecutiva, na Revista Pedagógica do Ensino Médio – Língua Portuguesa (2016, p. 30), afirmou-se que, “[...] as médias de língua portuguesa foram altas em todos anos/séries avaliados”. Todavia, nesta afirmação há uma contradição com a pesquisa realizada pelo Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB, 2017), órgão do Ministério da Educação (MEC), foi constatado que o estado do Pará tem os piores índices de ensino do Brasil, destacou que:

[...] os piores resultados, são referentes às avaliações dos estudantes paraenses da 3ª série do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática. Em Língua Portuguesa, o Pará ficou em último lugar do Brasil, com 245,1 pontos. O primeiro lugar do País, o Espírito Santo, apresentou pontuação de 283,7, mais de 38 pontos de diferença. (fonte: <https://www.diarionline.com.br/noticias/para/noticia-535828-.html>)

Nesse sentido, nos dados da avaliação do SisPAE/Seduc-PA (2016), identificam-se que, a educação paraense está nos níveis entre Básico e Abaixo do Básico. Diante desses resultados, o SisPAE (2016) afirmou que o ensino aprendizagem vem avançando. A partir dessa perspectiva ideológica governamental, usou-se nas Revistas do SisPAE (2016) vocábulos positivos: “qualidade”, “excelência”, “eficiência”, “eficácia”, “transparência”, “compromisso” e entre outros termos, logo percebe-se que o

discurso é sedutor para favorecer a efetividade da política educacional. Porém, conforme foi dito acima, percebemos que a realidade educacional do Estado do Pará retrocede continuamente em pesquisas.

Ademais, na descrição da escala de proficiência em língua portuguesa dos alunos do 1º ano do Ensino Médio, verificada no SisPAE/Seduc-PA (2016) ponderamos que, o SisPAE não ressaltou a dimensão social do letramento, todavia, a ênfase recai em habilidades e competências individuais. Constatou-se que nos objetivos da descrição da escala dos níveis de proficiência houve a predominância de palavras como: “reconhecer”, “identificar”, “localizar”, “inferir” e dentre outras, não identificamos enunciados que permitam o aluno refletir sobre sua língua materna.

De fato, não verificamos nos gêneros textuais a possibilidade do aluno associar o letramento com as suas vivências. Assim, não foi considerada a valorização do cotidiano; a perspectiva social dos alunos para lidar com os diversos textos. Dessa forma, a reduzida dimensão social do letramento identificada na prova do SisPAE (2016), torna-se uma das causas que exercem maior influência no baixo desempenho no aprendizado em Língua Portuguesa, especificamente no 1º ano do Ensino Médio.

Outrossim, verificamos que a avaliação em larga escala do SisPAE/Seduc-PA (2016) estabeleceu uma concepção de estigmas, no sentido que, utilizou um modelo classificatório, a fim de, identificar os níveis de proficiência em língua portuguesa dos alunos, para isso, usou termos que estão representados no quadro 1, em anexo: Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado.

É complexo delimitar quais fatores exercem maior influência no baixo desempenho dos alunos, no entanto, considerando os dados do MEC sobre a educação no estado do Pará, expostos acima, e, levando em consideração, principalmente as perspectivas teóricas que compreendem a avaliação externa como lógica mercadológica.

Dessa forma, avaliamos que o principal fator do baixo desempenho no aprendizado em Língua Portuguesa, especificamente no 1º ano do Ensino Médio, reflete-se em uma política excludente, esta exclusão favorece a desvalorização tanto dos professores quanto dos alunos. No que concerne aos docentes, baixos salários; aumento da carga horária de trabalho; dentre outros fatores sociopolítico, cultural e econômico.

Assim, eleva-se a desmotivação dos profissionais da educação. Quanto aos alunos da escola pública, a maioria desfavorecida economicamente e socioculturalmente, além do mais, desmotivados, isso implica no baixo rendimento escolar. Além disso, as estruturas físicas das escolas públicas no estado do Pará são consideradas em grande parte, inadequadas, conforme foi debatido acima. Acrescentam-se a estes fatores, as dificuldades de alunos e docentes neste emaranhado contexto escolar que os hostiliza continuamente.

A realidade desfavorecida das escolas públicas, especificamente no Estado do Pará, ocasionada por políticas escolares que têm como um dos princípios o de qualidade, no entanto, predomina a

desqualificação da educação pública paraense, e, conseqüentemente, aumenta a exclusão. Assim, notamos a ausência de efetivação da garantia dos padrões mínimos de qualidade de ensino estabelecidos pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As concepções teóricas discutiram e frisaram acerca da avaliação externa relacionar-se aos interesses do governo e das grandes empresas. Uma vez que, na capa das Revistas do SisPAE (2016) identificamos a logomarca do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e, verificamos em seguida que, o BID financia a avaliação educacional do SisPAE. Assim nos questionamos: qual o interesse desse financiamento?

A partir deste fato, ponderamos que, o SisPAE/Seduc-PA utilizou como instrumento de avaliação sistemática, o discurso ideológico governamental, no que concerne ao subsídio de investimentos educacionais, com a finalidade de melhorar a educação, entretanto, a intenção corresponde ao monitoramento das escolas públicas, promovendo a lucratividade para o mercado, e ainda, a avaliação para a classificação de alunos.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nosso estudo, podemos destacar que, as dificuldades e limitações na aprendizagem, no desempenho e no rendimento dos alunos podem ser ocasionadas por diversos fatores, no entanto, a nossa pesquisa verificou os mais relevantes por meio de investigações e evidências. Desse modo, uma das causas que contribuem para o baixo desempenho dos alunos no aprendizado em Língua Portuguesa, especificamente do 1º ano do Ensino Médio é a reduzida dimensão social do letramento, identificada e analisada nas revistas sobre Avaliação do SisPAE (2016). Além disso, os espaços físicos inadequados nas escolas públicas, a desvalorização tanto dos professores quanto dos alunos, tais problemas consideramos relacionados a uma política excludente como principal fator do baixo desempenho dos alunos.

Refletimos que, os instrumentos utilizados pelo SisPAE (2016) sob a ideologia governamental, representaram monitoramento da comunidade escolar para responsabilizar alunos, professores e gestores pelos resultados das habilidades, competências e conteúdos dos alunos. Assim posto, a responsabilidade das políticas públicas são reduzidas, conseqüentemente, a garantia dos padrões mínimos de qualidade de ensino também.

Na pesquisa realizada apreendemos que, as avaliações e suas diretrizes consistem em desafios à educação básica brasileira. Uma vez que, as avaliações externas podem direcionar políticas escolares, pois norteiam metas, cujo principal objetivo é melhorar a qualidade da educação. Todavia, a avaliação externa sob a ideologia do governo condiz aos interesses mercadológicos, dessa forma, o SisPAE (2016)

centrou-se em classificar, quantificar e controlar escolas públicas. Em vez disso, deveria intervir efetivamente para reduzir dificuldades e fragilidades da educação básica do Estado do Pará.

Assim, consideramos que, as avaliações da aprendizagem sob perspectivas críticas e reflexivas da dimensão escolar e social, devem colaborar como instrumentos eficazes de intervenção das políticas governamentais nas escolas públicas para que a enfatizada qualidade da educação concretize-se.

REFERÊNCIAS

- A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf>. Acesso em 06 dez. 2018
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6320 informação e documentação: Referências – Elaboração*. Rio de Janeiro, Ago, 2002.
- BONAMINO, Alicia; COSCARELLI, Carla; FRANCO, CRESO. *Avaliação e Letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB E AO PISA*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 91-113, dez, 2002.
- BRASIL, *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.
- DEPRESBITERIS, Léa. *O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.
- EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, vol.10, n. 20, julho/dezembro de 2015.
- FERRON, Aline; SILVEIRA, C.L.A. Reflexões sobre a Avaliação Externa no Contexto de uma Rede Municipal de Ensino: Elemento para pontuar a Qualidade na Educação. *Seminário de pesquisa em educação da região Sul*, UPF/RS, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCURSCHI, Beth; SUASSUNA, Livia (orgs.). *Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2011). *Metodologia Científica*. 6ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Atlas.
- MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2018/01/31/ensino_educacaobasica_interna,656887>. Acesso em: 13 set. 2018.
- MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-535828-.html>>. Acesso em 13 set. 2018.
- PEIXOTO, Josiane Aparecida. *As Políticas de Avaliação em Larga Escala no Brasil: Desafios para Gestão Escolar*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) 2014.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. *Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REVISTAS do SisPAE 2016. Disponível em <<https://sispae.vunesp.com.br>>. Acesso em: 19 março. 2018.

SOUSA, Clarilza Prado de (org.). *Avaliação do rendimento escolar*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed, 7ª reimpr. Editora Cortez, 2007.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

ANEXOS

Quadro 1- Classificação e Descrição dos Níveis de Proficiência do SisPAE 2016

Classificação	Nível de Proficiência	Descrição
Insuficiente	Abaixo do Básico	Os alunos, neste nível, demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, das habilidades e das competências desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
Suficiente	Básico	Os alunos, neste nível, demonstram domínio mínimo dos conteúdos, das habilidades e das competências, desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
	Adequado	Os alunos, neste nível, demonstram domínio pleno dos conteúdos, das habilidades e das competências desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
Avançado	Avançado	Os alunos, neste nível, demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, das habilidades e das competências acima do requerido no ano/série escolar em que se encontram.

Fonte: Revista Pedagógica do Ensino Médio de Língua Portuguesa/SISPAE (2016, p. 22).

Quadro 2: Percentuais de Alunos de 1ª, 2ª e 3ª Séries do Ensino Médio por Nível de Proficiência em Língua Portuguesa no Estado do Pará –SisPAE 2014 – 2016

	1ª EM			2ª EM			3ª EM		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Abaixo do Básico	53,2	45,3	40,1	57,5	50,0	47,9	68,3	64,9	57,9
Básico	39,9	43,0	46,4	34,6	38,7	39,0	23,3	26,1	28,9
Adequado	6,7	11,3	12,8	7,6	10,8	12,5	8,3	8,9	13,0
Avançado	0,2	0,4	0,7	0,3	0,5	0,6	0,1	0,1	0,2

Fonte: Revista Pedagógica do Ensino Médio de Língua Portuguesa/SISPAE (2016, p. 24)

Artigo recebido em: 05/07/19

Artigo aceito em: 10/08/19